

**OBSERVATÓRIO CONE SUL DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS  
INFORME BRASIL Nº 361**

Período: 12/12/2009 – 18/12/2009

**GEDES – Brasil**

- 1- Decisão sobre caça para o Projeto FX-2 só saíra em 2010
- 2- Jobim e Vannuchi chegam a consenso sobre a criação da “comissão da verdade”
- 3- Jornalista analisa relações entre Brasil e Irã no setor nuclear
- 4- Brasil pretende monitorar todo o trajeto de aviões comerciais entre a América do Sul e a Europa
- 5- Advocacia Geral da União pede arquivamento de ação contra o Brasil na OEA
- 6- Aprovado o projeto que aumenta em 36% o efetivo na Marinha

1- Decisão sobre caça para o Projeto FX-2 só saíra em 2010

De acordo com os jornais *Folha de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Estado de S. Paulo*, no dia 14/11/09, o presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, em discurso durante um almoço com militares, afirmou que a decisão sobre a escolha do caça para o Projeto FX-2 só saíra no ano de 2010. (*Folha de S. Paulo* – Brasil – 15/12/09; *Jornal do Brasil* – País – 15/12/09; *O Estado de S. Paulo* – Nacional – 15/12/09).

2- Jobim e Vannuchi chegam a consenso sobre a criação da “comissão da verdade”

O jornal *O Estado de S. Paulo* noticiou que os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e dos Direitos Humanos, Paulo Vannuchi, concordaram, após três meses de negociações, em montar uma comissão cujo objetivo é apurar violações aos direitos humanos ocorridos no período do regime militar (1964-1985). Assim sendo, um grupo de trabalho da Casa Civil encaminhará ao Congresso Nacional projeto de lei criando a “comissão da verdade”, que terá a participação de representantes dos ministérios da Defesa, Justiça, Direitos Humanos, além do presidente da Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e um representante da sociedade civil. Entre os pontos do projeto a ser encaminhado para apreciação do Congresso estão as funções da futura comissão, podendo esta “requeritar documentos públicos, com a colaboração das respectivas autoridades, bem como requerer ao Judiciário o acesso a arquivos privados”, além de “apresentar recomendações para promover a efetiva reconciliação nacional e prevenir no sentido da não repetição de violações de direitos humanos”. De acordo com o mesmo jornal, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deverá anunciar oficialmente o grupo de trabalho no dia 21/12/09, durante a apresentação do Programa Nacional de Direitos Humanos, reconhecendo que a memória e a verdade são direitos do cidadão e dever do Estado. De acordo com o *Estado*, o documento a ser anunciado pelo presidente Lula tem o objetivo estratégico de “promover a apuração e o esclarecimento público das violações de direitos humanos

praticadas no contexto da repressão política ocorrida no Brasil" visando "efetivar o direito à memória e à verdade histórica e promover a reconciliação". (O Estado de S. Paulo – Nacional – 17/12/09).

### 3- Jornalista analisa relações entre Brasil e Irã no setor nuclear

Conforme análise da jornalista Claudia Antunes no jornal *O Estado de S. Paulo*, os impasses sobre o programa nuclear do Irã e a visita do presidente iraniano Mahmoud Ahmadinejad ao Brasil minaram as relações deste com os Estados Unidos e com outros países centrais, já que, entre outras razões, o programa nuclear iraniano tem sido tratado “sob o prisma da crise no Tratado de Não-Proliferação (TNP)”. A próxima conferência de revisão do TNP ocorrerá no mês de maio de 2010 e há uma pressão para que o Brasil assine o Protocolo Adicional do Tratado, o qual permite inspeções não programadas em suas instalações nucleares, fato não seria vantajoso ao país. Conforme ressalta Antunes, o Brasil “é membro do Grupo de Fornecedores Nucleares e, além do TNP, assinou dois tratados anti-bomba, o de Tlatelolco e o bilateral com a Argentina. Mas a credibilidade brasileira é minada quando vozes dentro ou próximas ao governo alegam, implícita ou explicitamente (...) que o país deveria ter a bomba para ser respeitado”. O Brasil alega internacionalmente que a resistência das potências (Estados Unidos, França, Reino Unido, Rússia e China) em iniciar o desarmamento nuclear e o tratamento desses países em relação aos que não assinaram o TNP (como Índia, Israel e Paquistão) são fatores que induzem a proliferação. Levando isso em conta, o estreitamento das relações entre Brasil e Irã, além da condenação deste último pela comunidade internacional de não responder às acusações de militarização de seu setor nuclear, poderia colocar Brasil em posição delicada também frente à Agência Internacional de Energia Nuclear (AIEA). O país também se absteve da votação anterior da Agência que condenou o Irã por enriquecer urânio além da percentagem permitida e de prosseguir com projetos autônomos de enriquecimento. (O Estado de S. Paulo – Internacional – 17/12/09).

### 4- Brasil pretende monitorar todo o trajeto de aviões comerciais entre a América do Sul e a Europa

De acordo com o jornal *O Estado de S. Paulo*, o ministro Nelson Jobim afirmou, em setembro deste ano, que o Brasil espera em dois anos monitorar totalmente o trânsito de aviões comerciais sobre o Atlântico, no trajeto América do Sul/Europa. A aquisição de um novo sistema de radares via satélite completaria o monitoramento do espaço aéreo que atualmente é feito via rádio. No corredor entre Natal e Salvador, no Brasil, e a Europa será utilizado o sistema de Comunicação, Navegação e Vigilância/Gestão do Tráfego Aéreo (CNS/ATN). O novo sistema permitirá o monitoramento online do voo, além de evitar problemas recorrentes na aviação, como a dificuldade de muitos funcionários brasileiros para compreender a língua inglesa falada por tripulações e controladores de voo em todo o mundo. (O Estado de S. Paulo – MetrÓpole – 18/12/09)

#### 5- Advocacia Geral da União pede arquivamento de ação contra o Brasil na OEA

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, o governo brasileiro requisitou à Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (OEA) o arquivamento da ação sobre a Guerrilha do Araguaia, aberta em abril deste ano. Contudo, o país já pagou cerca de R\$ 100 mil a quase todas as famílias de mortos durante a guerrilha, o que configura reconhecimento de responsabilidade do Estado. O processo foi movido pelo Centro pela Justiça e pelo Direito Internacional (Cejil), o Grupo Tortura Nunca Mais–Rio de Janeiro e Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos de São Paulo, que pedem à organização a condenação do Brasil por crime de lesa-humanidade, uma vez que o Exército violou direitos da comunidade, torturou moradores da região e executou guerrilheiros sob custódia, sem direito à defesa. A Advocacia Geral da União afirmou ter recorrido porque o processo sofreu “perda de seu objeto”, com o julgamento precedente de outra ação semelhante na Justiça Federal brasileira. (Folha de S. Paulo – Brasil – 18/12/09).

#### 6- Aprovado o projeto que aumenta em 36% o efetivo na Marinha

Segundo o jornal *Folha de S. Paulo*, duas comissões do Senado Federal aprovaram o projeto do Poder Executivo que amplia o efetivo da força de trabalho da Marinha em 36% nos próximos 20 anos. Como a proposta já havia passado pela Câmara dos Deputados e era terminativa em uma das comissões, seguirá para sanção do presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Com o custo inicial de R\$ 219 milhões, objetivo do projeto é recuperar a defasagem de pessoal da Marinha, que cresceu 8,6% nos últimos 40 anos. O aumento de pessoal visa cobrir a defesa das plataformas de exploração de petróleo e a criação da esquadra na região Norte ou Nordeste. O projeto ainda faz referência a "uma força submarina de envergadura, composta de submarinos convencionais e de propulsão nuclear". De acordo com os ministros da Defesa, Nelson Jobim, e do Planejamento, Paulo Bernardo, o Brasil está no "limiar de um novo patamar de atuação da Marinha". "Ela deve buscar operar no teto tecnológico, com destaque para o domínio da capacidade de projetar e construir submarinos de propulsão nuclear e o incremento da pesquisa tecnológica." Contudo, os parlamentares incluíram no projeto um artigo que condiciona a criação dos cargos a uma autorização na lei orçamentária. (Folha de S. Paulo – Brasil – 18/12/09).

### **SITES DE REFERÊNCIA**

Folha de S. Paulo – [www.folhaonline.com.br](http://www.folhaonline.com.br)

Jornal do Brasil – [www.jb.com.br](http://www.jb.com.br)

O Estado de S. Paulo – [www.estadao.com.br](http://www.estadao.com.br)

\*Informamos que as colunas opinativas da *Folha de S. Paulo* e o conteúdo na íntegra de *O Estado de S. Paulo* não estão mais disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a [observatoriodefesa@gedes.org.br](mailto:observatoriodefesa@gedes.org.br).

**\*\*\*Equipe:**

Ana Paula Lage de Oliveira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais, bolsista PIBIC/CNPq); Ana Paula Silva (Supervisora, mestranda em História), Diego Barbosa Ceará (Redator, mestrando em História, bolsista FAPESP); Érica Winand (Supervisora, doutoranda em História, bolsista FAPESP); Heed Mariano Silva Pereira (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Juliana de Paula Bigatão (Supervisora, mestre em Relações Internacionais); Mariana Nascimento (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Marina Salomão (Redatora, graduanda em Relações Internacionais); Pedro Henrique Martins (Redator, graduando em Relações Internacionais); Victor Missiato (Redator, graduando em História, bolsista PIBIC/CNPq).